

O que significa a parceria mundial para a agricultura e a segurança alimentar?

Documento da Coordination SUD
Comissão Agricultura & Alimentação

Maio 2009

O que significa a parceria mundial para a agricultura e a segurança alimentar?

Durante a reunião do alto comando em Madri, nos dias 26 e 27 janeiro, a improvisação das discussões ao redor do projeto “de parceria mundial para a agricultura e a segurança alimentar” não permitiu um debate sereno, causando mais confusão. No entanto, esta parceria mundial pode ser uma oportunidade para criar, de maneira inédita, um espaço importante para a coerência das políticas em nível internacional. No processo de discussões, aberto em 2009, sob a égide das Nações Unidas, é indispensável que as organizações da sociedade civil apropriem-se deste debate, levando junto ao seu governo.

Em 2008, a intensidade da crise alimentar trouxe à tona o problema da fome no mundo. De fato, com 963 milhões de pessoas afetadas, cerca de uma pessoa a cada seis passam fome. A luta contra esta calamidade exige, além de declarações de intenção, uma mobilização mais forte, melhor coordenada e mais coerente da comunidade internacional.

Ainda não existe um plano de orientação que reúna o conjunto de atores. O Quadro Global de ações, definido pela Equipe Especial das Nações Unidas e criado em abril de 2008, age em escala nacional em favor da coordenação dos atores neste terreno. Não existem portanto, um espaço político em nível internacional, que reúna o conjunto de atores, permitindo uma melhor coerência nas políticas comerciais, agrícolas, energéticas, financeiras e ambientais, etc., e que tenha influência na segurança alimentar mundial. Entre as orientações preconizadas pela FAO e as regras comerciais definidas no âmbito da OMC, um enorme número de políticas e iniciativas, por vezes contraditórias, coexistem sem a concertação entre os diferentes atores. Uma situação ainda mais insuportável está se acercando e a necessidade de alimentar 9 mil milhões de humanos em 2050. A parceria mundial deve poder ser este lugar de concertação dos diferentes atores para uma melhor coerência e orientação de diferentes políticas no que se referem à agricultura e a segurança alimentar.

Retomando o projeto de parceria mundial

Se a « parceria mundial » foi assunto durante os dois dias de debate em Madri, a falta de documento de trabalho, de discussão específica sobre o funcionamento e seus objetivos não ajudou em esclarecer nada. Dentro desta « parceria » de contornos não definidos, cada um pode projetar seus próprios temores ou esperanças.

Incomodados frente a uma iniciativa do G8, países do Sul defenderam o respeito a governança das instituições internacionais competentes (um país, uma voz). Algumas organizações da sociedade civil exprimiram sua desconfiança sobre o que lhes parece uma ofensiva a serviço do agrobusiness. Uma insegurança, sem dúvida, alimentada por um discurso que prega uma aliança internacional que reduz a distribuição de adubo e sementes. Por fim, vozes defenderam uma parceria exclusivamente centrada sobre as ações dos diversos atores neste terreno.

No entanto, o projeto de parceria mundial proposto pela França, no dia 3 de junho de 2008 durante a Cúpula da FAO em Roma, teve um grande eco na comunidade internacional. Retomada pela União Europeia (Conselho Europeu, dia 20 de junho), pela União Africana (Assembleia Geral, 1º de julho), e pelo G8 (reunião do 8 de julho), esta iniciativa foi seguidamente discutida a margem da Assembleia Geral das Nações Unidas no final de setembro, durante a Cúpula da Francofonia em outubro, depois durante a conferência extraordinária da FAO em Roma em novembro. Por último, 6 e 7 de novembro de 2008 em Tóquio, a reunião sobre « Segurança Alimentar Mundial » do grupo de especialistas do G8 com David Nabarro, coordenador da Equipe especial das Nações Unidas, e as organizações internacionais implicadas, permitiu liberar um texto consensual sobre os grandes princípios básicos de uma parceria.

Para facilitar o debate, propomos retornar ao projeto inicial de parceria mundial, antes de definir as condições que nos parecem indispensáveis para um apoio da sociedade civil.

Três « pilares » para garantir coerência nas políticas

A parceria mundial deve conceber-se como uma rede entre organizações internacionais, científicas, doadores, Estados, organizações de produtores, sociedade civil, setores privados. Deve ser colocado sob a égide das Nações Unidas, garantidores do direito à alimentação e dos outros direitos humanos, e portadores dos Objetivos do Milênio para o Desenvolvimento.

Se apoiando também em todas as instituições existentes e atores referidos, esta parceria deve ter três dimensões:

1. Política: este primeiro pilar deve garantir uma coerência maior nas políticas internacionais que influem na segurança alimentar mundial. Esta coordenação deve se ater às questões comerciais, agrícolas, energéticas, financeiras, ambientais e de ajuda ao desenvolvimento. Existem, atualmente, vários espaços de discussão, porém nenhum deles permite a união dos vários atores referidos para discutir em conjunto. Este espaço político deve integrar representantes de conjuntos de atores: Estados, organizações das Nações Unidas, instituições de Bretton Woods, OMC, sociedade civil, organizações de produtores, ONGs, setores privados, etc. A animação deste pilar político deve ser confiada a Equipe especial de Nações Unidas (HLTF).
2. Científica: este pilar deve permitir mobilizar melhor e compartilhar a expertise científica e profissional existentes em nível global como em nível local. Ela deve iluminar as escolhas de longo termo, precisar o estado de conhecimento sobre os temas controversos, responder aos desafios novos postos pela demografia, as mudanças climáticas, a abertura comercial, o aumento das desigualdades, a segurança alimentar, os desequilíbrios nutricionais, os agrocombustíveis... Atualmente, existem diversos grupos de especialistas com análises complementares, por vezes concorrentes e representando interesses particulares. Isso não permite uma análise compartilhada das grandes questões. A FAO tem o mandato para realizar os termos de referência deste pilar científico.
3. Financeiro: este pilar financeiro deve permitir uma remobilização de recursos internacionais para a agricultura e a segurança alimentar, respeitando o engajamento na eficácia da ajuda e na apropriação dos beneficiários. Deve ajudar, por um lado, na execução de mecanismos de proteção social, e por outro, relançar os agricultores de países do Sul a se engajarem na ajuda pública ao desenvolvimento, e os orçamentos dos Estados no setor agrícola.

Condições necessárias para garantir a mais-valia de uma parceria mundial

Sujeito ao processo de consulta lançado por Ban Ki Moon, o projeto de parceria mundial não está bloqueado, e deve evoluir durante o ano de 2009. Como organizações de

solidariedade internacional francesas, consideramos que tal parceria mundial deve respeitar pré-requisitos seguintes:

- Com intuito de ter impacto nas escolhas internacionais sobre segurança alimentar, parece indispensável reunir os responsáveis mundiais no mais elevado nível, para além dos únicos atores da agricultura e a agroalimentar e de representantes governamentais. Neste sentido, se o Comitê para a segurança alimentar (CSA, atualmente unificado com FAO) for conduzido para tornar-se este pilar político, a reforma em curso deve ser suficientemente ambiciosa para integrar o conjunto dos atores (incluindo os processos de tomada de decisão) e unir CSA ao mais elevado nível das Nações Unidas.
- A participação da sociedade civil (OP e ONG) deve ser efetiva e real em todos os espaços (os 3 pilares), em todas as etapas de reflexão e em todas as tomadas de decisão. A voz dos que sofrem insegurança alimentar, ou trabalhando à luta contra a fome e a pobreza deve ser escutada e considerada nas recomendações.
- A parceria deve permitir liberar orientações claras e firmes no âmbito de políticas na luta contra a fome e a pobreza para as instituições internacionais e os Estados. Procurará assim melhorar e otimizar a ação dos diferentes atores e instrumentos atuais. Para isso, a parceria mundial deve receber um mandato firme do secretariado geral das Nações Unidas para a coordenação e supervisão das políticas existentes.
- Tal parceria se difere do funcionamento tradicional de uma instituição da ONU (um país, uma voz), deve necessariamente colocar-se sob a égide das Nações Unidas, garantidores da aplicação dos direitos do Homem. A implicação da Equipe especial na animação deste processo é indispensável.
- A referência aos direitos do homem, especificamente ao direito à alimentação, deve ser o pano de fundo da parceria mundial para a agricultura e a alimentação.

A agricultura familiar e alimentar sofrem há muito tempo com as políticas que não levam em conta sua opinião, em contradição com os esforços da comunidade internacional na luta contra a fome. A insegurança alimentar é uma consequência desta incoerência. A instauração desta parceria mundial para a agricultura e a segurança alimentar, levando em conta as condições enunciadas acima, representa uma oportunidade histórica para reorientar as políticas internacionais.

É indispensável que as organizações da sociedade civil estejam preparadas quando começarem as discussões “do processo de consulta” neste ano.

Secretariado da Coordination SUD

Fabrice Ferrier

ferrier@coordinationsud.org

Léa Das Neves Bicho

dasnevesbicho@coordinationsud.org

